



SEÇÃO: TEMÁTICA LIVRE

O tempo em *Memorial do convento*: tempo litúrgico e tempo histórico¹

The time in Baltasar and Blimunda: liturgical time and historic time

El tiempo en el Memorial del convento: tiempo litúrgico y tiempo histórico

Karen Lorrany Neves

Adorno²

orcid.org/0000-0002-4463-6145

karadorno@gmail.com

Recebido em: 15 set. 2019.

Aprovado em: 5 mar. 2020.

Publicado em: 11 Set. 2020.

Resumo: Aqueles que se dedicam aos estudos saramaguianos são sabedores da estreita relação entre a ficção do romancista com a História, ou melhor, com as *verdades* contadas pela História oficial. Neste artigo, os limiares entre os discursos ficcional e histórico são esmiuçados a partir dos tempos históricos e litúrgicos presentes na obra *Memorial do convento* (1982). Para Saramago é fundamental “Ver o tempo de ontem com os olhos de hoje”³. Tal frase evidencia-nos a temática na qual múltiplas obras do autor se alicerçam. O objetivo foi analisar a importância da liturgia e da história para enredo da obra saramaguiana pela análise bibliográfica de teóricos tanto da narratologia quanto da História, não se excluindo também o viés religioso, plano de fundo de Portugal setecentista de *Memorial do convento*.

Palavras-chave: José Saramago. Memorial do convento. História e ficção. Tempo litúrgico. Tempo histórico.

Abstract: Saramagian scholars are aware of the close relation between this Romantic’s fiction and History, better yet, the *truths* told by Official History. In this paper the threshold between fictional and Historic speeches is dissected according to liturgical and historic times – present on the work *Baltasar and Blimunda* (1982). To Saramago, it is fundamental “To see yesterday’s time with today’s eyes”. This phrase highlights the thematic on which several of the author’s works are based. The objective was to analyze the importance of liturgy and History on his works’ plots through bibliographic analysis of narratology and Historic theorists, not excluding the religious character, background both in 17th century Portugal and of *Baltasar and Blimunda*.

Keywords: José Saramago. Baltasar and Blimunda. History and fiction. Liturgical time. Historic time.

Resumen: Aquellos que se dedican a los estudios saramaguianos son los conocedores de la estrecha relación entre la ficción del romancista con la Historia, o mejor, con las *verdades* contadas por la Historia Oficial. En este artículo, los umbrales entre los discursos ficcional e Histórico son desmenuzados a partir de los tiempos históricos y litúrgicos presentes en la obra *Memorial del convento* (1982). Para Saramago es fundamental “Ver el tiempo de ayer con ojos de hoy”³. Tal proposición pone en vista la temática en la cual múltiples obras del autor se basan. El objetivo es analizar la importancia de la liturgia e de la historia para enredo de la obra saramaguiana por el análisis bibliográfico de teóricos tanto de la narratología cuanto de la Historia, no se excluyendo también el sesgo religioso, plano de fondo de Portugal del siglo XVIII de *Memorial del convento*.

Palabras clave: José Saramago. Memorial del convento. Historia y ficción. Tiempo litúrgico. Tiempo histórico.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

³ SARAMAGO, José. *Da Estátua à Pedra e Discursos de Estocolmo*. Belém: Ed. Ufpa; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013, p. 33.

Introdução

De ambivalência vivem e sobrevivem os romances modernos, não sendo diferentes dos aqui estudados. Assim, esclarecemos que o termo usado por Ferenc Fehér (1972) não se coloca como um transtorno para a narrativa romanesca, mas, antes, uma solução, um diferencial que o fez sobreviver às críticas a seu respeito. Contrariando Lukács a respeito de o romance ser um gênero "problemático", preferimos não esse adjetivo que o qualifica defeituosamente, mas o emprego do substantivo feminino *ambivalente*, que também se aplica como adjetivo que eleva as propriedades romanescas, admitindo suas intensificações e diversificações no que se refere à sua estética. A complexidade narrativa que diz respeito à ambivalência, emprega-se também no estudo do tempo do romance *Memorial do convento*. Desse universo *ambivalente* intradieético flui uma mescla de tempos distintos, que contribuem para que a narrativa se edifique como um texto de *fruição*.

À vista dessa dialética temporal, Benedito Nunes (1988, p. 15) evidencia que a "narrativa abre-nos, a partir do tempo que toca à realidade, um outro que dela se desprende". Sendo assim, é admissível que dois tempos fluem no lugar de um só: o tempo que é exterior à diegese e o interior a ela. Genette (2017, p. 91), por sua vez, nos esclarece que essa é a dualidade temporal que

[...] os teóricos alemães designam pela oposição entre *erzählte Zeit* (tempo da história) e *Erzählzeit* (tempo da narrativa), é um traço característico não somente da narrativa cinematográfica, como também da narrativa oral em todos os seus níveis de elaboração estética [...].

No romance *Memorial do Convento*, nos ocuparemos do tempo referente ao interior da narrativa, ou seja, aquele "que organiza o narrado". (SCHÜLER, 1989, p. 49). Respectivamente, ao tempo intradieético, que apresenta a confluência de vários modos temporais, sendo que o que predomina na narrativa é o tempo objetivo que se caracteriza pela temporalidade cronológica, visando a sucessão de eventos pelo meio da sequência temporal. A noção de tempo nunca é uníssona, ela sempre se aplica de diferentes

maneiras e níveis. Carlos Reis e Ana Cristina Macário Lopes explicam que "é possível distinguir uma dupla dimensionalidade do **tempo**: a sua existência como componente da **história** e a sua manifestação ao nível do **discurso** [...] o **tempo narrativo** afirma-se, de facto, como resultado da articulação daquelas duas dimensões" (2011, p. 406).

O tempo "presente da narrativa", "Erzählzeit" ou "pseudotempo" que, segundo Genette (2017, p. 91), são as diversas designações sobre um mesmo modo temporal: aquele "falso tempo que vale por um verdadeiro" inserido na narrativa. O tempo "presente da narrativa" diz respeito à ordem temporal em que a sucessão de eventos intradieéticos acontece. No entanto, para além de um elemento da narrativa o tempo possui "[...] inegáveis implicações propriamente **linguísticas**, consequência directa da importância do **tempo** como **categoria gramatical** sujeita, em muitas línguas, múltiplas flexões e modulações aspectuais [...]" (REIS; LOPES, 2011, p. 406, grifo do autor).

Partindo, portanto, do "tempo presente da narrativa" proposto por Genette, iniciamos pela questão dos tempos verbais em *Memorial do convento*. Comumente utilizados pelo narrador heterodieético onisciente, amplamente difundido pelo clássico romance realista, são os tempos verbais no pretérito, sejam eles no perfeito ou no imperfeito. Sabemos que a normalidade do uso desse tempo verbal na narração heterodieética relaciona-se ao fato de o pretérito, em sua raiz semântica, conceber o momento do evento como precedente ao momento da enunciação. Dessa maneira, o narrador relata um evento já acontecido em que os fatos narrados podem ter um sentido de inconclusão, pretérito imperfeito, onde a ação pode se prolongar durante algum tempo pelo modo passado, ou de conclusão, pretérito perfeito, em que o relato correlaciona a um fato já concluído.

De encontro a esse tipo de relato que usufrui do emprego do sentido dos verbos no pretérito perfeito ou imperfeito, pela presença do narrador heterodieético, está *Memorial do convento*. Apesar de o romance fazer uso da figura narrativa em que o relato é em terceira pessoa e

a perspectiva parte de fora dos acontecimentos, correspondendo ao típico narrador onisciente que “possui um conhecimento maior que o dos seus personagens” (TACCA, 1983, p. 68), o narrador se lança ao relato, principalmente, no tempo presente: “D. João, quinto na tabela real, irá esta noite ao quarto de sua mulher, D. Maria Ana Josefa [...]”. (SARAMAGO, 2017, p. 9). Aqui se percebe o emprego do verbo *ir* expresso a partir do modo indicativo do futuro do presente *irá*. O narrador refere-se ao futuro, a partir do momento presente que se encontram as personagens. Logo,

Estudar a ordem temporal de uma narrativa é confrontar a ordem da disposição dos acontecimentos ou segmentos temporais no discurso narrativo com a ordem de sucessão desses mesmos acontecimentos ou segmentos temporais na história, na medida em que ela é explicitamente indicada pela própria narrativa, ou que se possa inferi-la de tal ou tal índice indireto. (GENETTE, 2017, p. 93).

Semanticamente, esse modo temporal emprega a noção de possibilidade, um fato que é provável que aconteça como fica claro por essa passagem em que há o emprego tanto do futuro do presente, no modo indicativo do verbo *ir*, quanto ao uso do presente do verbo *estar*: “D. Maria Ana não **irá** hoje ao auto de fé. **Está** de luto por seu irmão José, o imperador da Áustria, que em pouquíssimos dias o tomaram as bexigas, verdadeiras, e morreu delas, tendo somente trinta e três anos [...]”. (SARAMAGO, 2017, p. 50, grifo nosso).

A intenção do eu como não -narrador⁴ em habitar o passado para promover a revisão e a reconstrução da História setecentista portuguesa, protagonizada pela “arraia-miúda”, parte do uso do tempo verbal no presente do indicativo, como demonstrado nesse trecho: “Dorme Baltasar no lado direito da enxerga, desde a primeira noite aí dorme, porque é desse lado o seu braço inteiro [...]” (SARAMAGO, 2017, p. 78). A escolha do presente do indicativo em terceira pessoa do singular do verbo *dormir* indica que o narrador

relata o exato momento em que a ação de dormir acontece entre Baltasar e Blimunda.

O emprego desse modo verbal nos revela o sentido (ou a intenção) de uma afirmação dada como verdade inquestionável, algo certo e que realmente acontece: Baltasar *dorme* naquele lado direito e não no esquerdo. Pela perspectiva do relato percebemos que o narrador observa os amantes dormindo e descreve a ação praticada pelos personagens como se estivesse presente. A partir disso, sobressalta o poder que essa instância narrativa exerce, sendo o senhor da voz possuidora de todo domínio do que é narrado. Portanto, esse caráter encarregado do relato necessita de um olhar singular e sincrônico, correspondente aos momentos dos acontecimentos da História, para “ordenar o mundo romanesco que é (re)criado” (ARNAUT, 1996, p. 21) em *Memorial do convento*, que se difere do ponto de vista dominante dos meios oficiais. Assim, o romance parte do “impulso para operar uma revisão da História, em função de um ponto de vista ideológico que subverte imagens e heróis aparentemente estabilizados pela historiografia oficial” (REIS, 2015, p. 41).

Por conseguinte, a narrativa saramaguiana, apesar de fazer uso de figuras históricas (caso de D. João V, D. Maria Ana e Domenico Scarlatti) não almeja o status de histórico. O há no romance é uma condição histórica⁵ que se viabiliza pela reprodução dessas figuras em um mundo ficcional, o que Reis (2015, p. 44) chama de “referente lendário na realidade histórica, ou seja, uma construção feita pelo autor via textos historiográficos”. Na medida em que há as transferências dessas personalidades da História portuguesa para o interior da narrativa, elas deixam de habitar o verdadeiro e o real e passam a existir no verossímil como componentes da diegese.

Dessa maneira a narrativa vive não o histórico, mas o historiográfico, ou seja, “não narra *de* pessoas, eventos ou estados; narra pessoas (personagens), eventos e estados” (ROSENFELD, 2018, p. 26,

⁴ Utilizamos a distinção que Tzvetan Todorov (2013, p. 61) faz do *eu* no romance e o *eu* do discurso: “[...] *eu* no romance não é o *eu* do discurso, por outras palavras, o sujeito da enunciação [...] existe um outro *eu*, um *eu* invisível maior parte do tempo, que se refere ao narrador, essa “personalidade poética” que aprendemos através do discurso”.

⁵ REIS, Carlos. Figuração da personagem: A ficção meta-historiográfica de José Saramago. *Revista de Estudos Saramaguianos*, n. 1, jan. 2015, p. 46.

grifo do autor) e se movimenta continuamente através das relações conflitantes entre a História, a ficção e a ideologia⁶ compondo um tecido narrativo denso que abala as concepções de verdade do leitor, que proporciona um abalo da "prática confortável de leitura" (BARTHES, 2015, p. 20). Tentamos assertivamente nos afastar de uma classificação inflexível no que diz respeito à obra *Memorial do convento*, no entanto, cabe a ela a aplicabilidade do conceito de metaficção historiográfica, compreendida por Linda Hutcheon (1991, p. 168) como "declarada e resolutamente histórica – embora admita que o seja de uma forma irônica e problemática que reconhece que a história não é o registro transparente de nenhuma 'verdade' indiscutível".

Tempo litúrgico e tempo histórico em *Memorial do convento*

O tempo objetivo e linear predomina sobre o subjetivo pelo percurso histórico traçado pelo narrador heterodiegético. "Ao iniciar a leitura do Memorial, é de imediato o leitor situado num cenário histórico bem definido: o reinado de D. João V, a quem a História outorgou o cognome de Magnânimo". (ARNAUT, 1996, p. 37). Do primeiro, sobressalta todo tipo de marcação objetiva do tempo, ou seja, o correr dos dias, meses, anos, datas. Do segundo, origina-se a temporalidade através da subjetividade das personagens, ou seja, no tempo subjetivo a experiência temporal é interior a elas e sua cadência parte de dentro para fora dessas personagens predominando não a ordem cronológica, mas sim psicológica. O tempo subjetivo não se coloca à parte ao tempo objetivo, vincula-se a ele de forma metonímica, inserido no todo temporal cronológico que decorre da narrativa.

A ordem temporal que concerne à sucessão dos eventos em *Memorial do convento*, da primeira à última cena, equilibra-se sobre dois grandes pórticos temporais: o *cronológico* e o *histórico*. Partindo da conceituação de tempo cronológico, conforme Nunes (1988, p. 20), "socializado ou "tempo público", posto que relacionado com a atividade

prática e os objetos que se apresentam diante de nós [...]”, essa expressão temporal é responsável por estabelecer “uma sequência sem lacuna, contínua e infinita, percorrida tanto para frente, na direção do futuro, quanto para trás, na direção do passado, a sua armação fixa e permanente abriga expressões temporais específicas e autônomas da cultura, que lhe interrompem, periodicamente, a vigência geral” (NUNES, 1988, p. 20).

As expressões temporais representadas pelo tempo cronológico são o tempo *litúrgico* e o *político*. Dessas duas formas específicas da temporalidade cronológica, apenas a primeira, *tempo litúrgico*, possui lugar de importância em *Memorial do convento*. A segunda forma cronológica-temporal, o *tempo político*, está catalogado ao calendário litúrgico português setecentista, pela relação estreita entre o sistema imperial português e a Igreja Católica. Não é possível distinguir, incisivamente, no romance a separação entre um e outro, o rei era devoto e representante da ordem cristã em Portugal e nas colônias. No entanto, Teresa Cristina Cerdeira (2018, p. 48), deixa clara a concepção política da Inquisição: “E não há dúvida de que o procedimento inquisitorial foi instaurado em terras portuguesas em nome da ameaça judaica e deve ser entendido não apenas como defesa religiosa, mas como possibilidade de enriquecimento da coroa através dos bens confiscados aos judeus condenados”.

Diretamente ligado à cultura, o calendário litúrgico é governado pelo “*tempo litúrgico* dos ritos e das celebrações religiosas. Linear, no que diz respeito à direção (Encarnação, Epifania, Morte, Ressurreição, Ascensão do Senhor etc., para nos referirmos à cultura sob influência do cristianismo)”. (NUNES, 1988, p. 20-21). A temporalidade litúrgica é pertencente ao tempo cronológico e se mostra densamente estruturada em *Memorial do convento*, uma vez que a narrativa descreve a sociedade portuguesa do século XVIII como expressamente cristã, quando a Inquisição já estava instalada “a pedido de D. João III, que requisitou, para tanto, a licença do papa em 1531”. (CERDEIRA, 2018, p. 48).

⁶ ARNAUT, Ana Paula. *Memorial do convento: História Ficção e ideologia*. Coimbra: Fora do Texto, 1996, p. 35.

As festividades ligadas ao calendário cristão, através do tempo litúrgico, eram praticadas, publicamente. Além disso, a cronologia temporal litúrgica sustentava também as cenas da Inquisição, os autos-de-fé e a vida conventual que, de acordo com Cerdeira (2018, p. 51), o "clero secular e regular de Portugal de setecentos era numeroso e levava quase sempre uma vida de hipocrisia e libertinagem". Essa descrição identifica-se com a do narrador em *Memorial do convento* que, além de nos situar no tempo litúrgico, também nos deixa sabedores de que os objetivos das festas cristãs eram diversificados. Por intermédio dessa entidade organizadora do discurso, vislumbra-se uma forte expressão barroca que se consubstancia da descrição da procissão. Logo, a redenção da alma e a celebração de Deus recebiam pouca atenção. Esclarece-nos Chantal que

Na Quaresma, havia procissões todas as sextas-feiras e ainda uma na quarta-feira de cinzas. Quem seguisse sete anos a fio a procissão dos Passos, tinha a garantia de não morrer em pecado mortal. A Quaresma estava longe de ser um período de abstinência e recolhimento; ao contrário, era uma sucessão de prazeres. Pagando certa quantia, obtinha-se uma dispensa, e já se podia comer à vontade, sem remorso. (CHANTAL, [1979?], p. 179).

Em *Memorial do convento* o narrador registra essa perversão dos cultos religiosos em Portugal no reinado de D. João V. As festas religiosas tinham como única devoção os prazeres imoderados que, de acordo com Cerdeira (2018, p. 52), a "participação nestas festas possibilitava, na verdade, o divertimento de todos, mesmo dos mais pobres a quem a Igreja, com as suas riquezas, o seu ouro, o repicar dos sinos e a luz dos cirios, oferecia um espetáculo grandioso e a ideia de que todos comungavam fraternalmente no mesmo espaço sagrado". Assim, era por meio dessas festividades e os excessos que elas acarretavam que toda população extravasava a censura sofrida pela opressão religiosa e, no caso da plebe, uma oportunidade de se alimentar em demasia uma vez por ano. Sobre a manifestação carnavalesca Mikhail Bakhtin ressalta:

As leis, proibições e restrições, que determinavam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extracarnavalesca, revogam-se durante o carnaval: revogam-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade (inclusive a etária) entre os homens. Elimina-se toda a *distância* entre os homens e entra em vigor uma categoria carnavalesca específica: *o livre contato familiar entre os homens*. Esse é um momento muito importante da cosmovisão carnavalesca. Os homens, separados na vida por intransponíveis barreiras hierárquicas, entram em livre contato familiar a praça pública carnavalesca. Através dessa categoria do contato familiar, determina-se também o caráter especial da organização das ações de massa, determinando-se igualmente a livre gesticulação carnavalesca e o franco discurso carnavalesco. (2018, p. 140, grifo do autor).

Desde logo, a abordagem do narrador é, precisamente, um dos princípios que nos faz acreditar que estamos tratando tanto de uma literatura que utiliza um discurso paródico⁷, esse "antiquíssimo sentido ritual da ridicularização do supremo (da divindade e do poder) determinou os privilégios do riso na Antiguidade e na Idade Média" (BAKHTIN, 2018, p. 145, grifo do autor), quanto de uma literatura carnavalizada que é "essa transposição do carnaval para a linguagem da literatura que chamamos de *carnavalização da literatura*" (BAKHTIN, 2018, p. 140, grifo do autor). A nossa afirmação encontra-se amparada, para além da proposta bakhtiniana, na de Odil José de Oliveira Filho que trata dessa questão. Para o autor "pode-se afirmar que o discurso narrativo do Memorial do convento é construído, como paródia, sobre o discurso moralista e retórico dos inícios da ficção portuguesa" (1993, p. 49). Da mesma maneira, o narrador é o "responsável por esse destronamento, o discurso paródico corrompe e desmitifica a linguagem séria, subvertendo por dentro as fórmulas do discurso laudatório" (OLIVEIRA FILHO, 1993, p. 50). Esse quadro discutido nos é apresentado no seguinte trecho em que temos transposta de maneira pictural a festa carnavalesca:

⁷ Para Bakhtin a paródia é "organicamente própria dos gêneros carnavalizados [...] O parodiar é a criação do *duplo destronante*, do mesmo mundo às avessas. Por isso a paródia é ambivalente" (2018, p. 145, grifo do autor).

Correu o entrudo essas ruas, quem pôde empanturrar-se de galinha e de carneiro, de sonhos e de filhós, deu umbigadas pelas esquinas quem não perde vaza autorizada, puseram-se rabos surriados em lombos fugidiços, esgui-chou-se água à cara com seringas de clisteres, sovaram-se incautos com réstias de cebolas, bebe-se vinho até o arrote e ao vômito, partiram-se panelas, tocaram-se gaitas, e se mais gente não se espojou, por travessas, praças e becós, de barriga para o ar, é porque a cidade é imunda, alcatifada de excrementos, de lixo, de cães lazarentos e gatos vadios, e lama mesmo quando não chove (SARAMAGO, 2017, p. 28).

O discurso saramaguiano dá conta que o "riso carnavalesco está dirigido contra o supremo; para a mudança dos poderes e verdades, para a mudança da ordem universal" (BAKHTIN, 2018, p. 145). Essa interpelação do que se estabelece como verdade é parte indissociável da narrativa, pois integra o essencial sobre ponto de vista ideológico do escritor que se volta, segundo Carlos Reis (2015, p. 42), para a "reconstrução de uma memória coletiva cujas crenças ele vem abalar".

O período de excesso autorizado pela Igreja tem o seu fim com a chegada da Quaresma, que estava registrada no calendário, de acordo com Cerdeira (2018, p. 53), juntamente com as festas do Corpo de Deus, "entre as mais famosas do tempo litúrgico". Tempo de pagar os exageros cometidos e os pecados realizados. De acordo com o trecho abaixo:

Quer Deus que o rio seja pródigo de peixe, louvemo-los aos três por isso. E que a alface, mais que as outras hortaliças, venham nas burricadas do termo, seirões repletos, a toque de saloios e saloias, que neste trabalho não se distinguem. E que o arroz não falte além do tolerável. Mas esta cidade, mais que todas, é uma boca que mastiga de sobejo para um lado e de escasso para o outro, não havendo portanto mediano termo entre a papada pletórica e o pescoço engelhado, entre o nariz rubicundo e o outro héctico, entre a nádega dançarina e a escorrida, entre pança repleta e a barriga agarrada às costas. Porém, a quaresma, como o sol, quando nasce, é para todos [...] Agora é tempo de pagar os cometidos excessos, mortificar a alma para que o corpo finja arrependê-lo, ele rebelde, ele insurreto, este corpo parco e porco da pocilga que é Lisboa (SARAMAGO, 2017, p. 27-28).

Saramago ilustra bem essa falência no que diz respeito à natureza da religião cristã. O narrador se mostra sempre irônico e sarcástico ao retratar

a vida conventual, declara-nos sua parcialidade em relação a *frenesi*, também se lê hipocrisia religiosa, conforme o momento em que há a descrição da tradição de se visitar as sete igrejas na Quinta-Feira Santa.

[...] que as mulheres não fazem mais que as devoções a que disseram ir, é a mulher livre uma vez no ano, e se não vai sozinha por não o consentir a decência pública, quem a acompanha leva iguais desejos e igual necessidade de satisfazê-los, por isso a mulher, entre duas igrejas, foi a encontrar-se com um homem, qual seja, e a criada que a aguarda troca uma cumplicidade por outra, e ambas, quando se reencontram diante do próximo altar, sabem que a quaresma não existe e o mundo está felizmente louco desde que nasceu [...] (SARAMAGO, 2017, p. 31).

Em *Memorial do convento*, a partir da reconstrução da História sob uma nova perspectiva, não passam despercebidas as verdades, também registradas por Suzane Chantal sobre a sociedade portuguesa setecentista:

Assim muitas vezes, pensa-se em outras coisas que não em rezar mesmo quando, na Quinta-feira Santa, se fazia a visita das sete igrejas, consoante o costuma ordenava. Muitos eram os que preferiam fazer estas visitas de noite, enquanto as procissões silenciosas desfilavam lugubrememente pelas ruas. As naves das igrejas estavam, porém, resplandecentes de inúmeras velas e de numerosas flores e, apesar das coberturas roxas que velavam os altares e crucifixos, nelas perpassava já o sopro da esperança do sábado de Aleluia. Tanta paixão e fervor tinham por vezes consequências e, em Dezembro, celebravam-se bastantes baptizados (CHANTAL, [1979?], p. 179).

Ao narrar o *tempo litúrgico* das festas religiosas, estrutura-se também o *tempo histórico* que não ignora as cenas mais promiscuas do cotidiano português, que se recusam a aparecer nos manuais de História:

Entretanto, se é dia, estarão dormindo a sesta os maridos ingênuos, ou que fingem sê-lo, e se é noite, quando soturnamente as ruas e as praças se enchem de multidões que cheiram a cebola e alfazema, e o murmúrio das orações sai pelas portas escancaradas das igrejas, se é noite, mais descansados se sentem, porque assim a demora não será tanta, já se ouviu bater a porta, soaram os passos na escada, vêm falando familiarmente a ama e a criada, pudera não, ou a escrava preta, se a levou, e pelas frinchas dançam as luzes da palmatória ou do candil,

finje o marido que acorda, finje a mulher que o acordou, e se ele pergunta, Então, já sabemos o que ela responderá, que vem morta de canseira, moidinha dos pés, arrastadinha dos joelhos, mas consolada da alma, e diz o misterioso número, Sete igrejas visitei, tão apaixonadamente o disse ou foi a devoção muita ou muita falta dela (SARAMAGO, 2017, p. 32).

A corrupção de uma sociedade hipócrita que se esconde por trás da religião cristã é denunciada linha após linha em *Memorial do convento*. O narrador comprometido em desmascarar uma imagem utópica construída séculos após séculos pela supremacia lusitana não nos poupa os detalhes sórdidos, revelados no fragmento abaixo, no qual há a descrição da procissão da penitência que vem logo após o carnaval, no qual, os penitentes, "homens todos", se autoflagelam para o deleite das damas que os assistem da sua janela:

Nas janelas só há mulheres, é esse o costume. Os penitentes vão de grilhões enrolados às pernas, ou suportam sobre os ombros grossas barras de ferro, passando por cima delas os braços como crucificados, ou desferem para as costas chicotadas com as disciplinas, feitas de cordões em cujas pontas estão presas bolas de cera dura, armadas de cacos de vidro, e estes que assim se flagelam é que são o melhor da festa porque exibem verdadeiro sangue que lhes corre da lombeira, e clamam estrepitosamente, tanto pelos motivos que a dor lhes dá como de óbvio prazer, que não compreenderíamos se não soubéssemos que alguns têm os seus amores à janela e vão na procissão menos por causa da salvação da alma do que por passados ou prometidos gostos do corpo (SARAMAGO, 2017, p. 29).

A crítica dessa estrutura religiosa corrupta e parcial em relação à posição social que cada indivíduo ocupa, adquire grande importância, a partir do local em que essa entidade narradora nos enuncia o seu discurso. Há o registro da ressignificação do passado em relação ao presente que, segundo Halbwachs (2006), tal reconstrução só é possível através dos dados oferecidos no presente. É a partir de elementos do presente – visto aqui não como o aqui-agora, mas o presente da modernidade em que o homem

moderno torna-se herdeiro da psicanálise – que o narrador nos apresenta uma explicação sobre o furor religioso da sociedade setecentista portuguesa, sintoma de uma moléstia que se estabelece em um nível mais profundo, não do corpo, mas da mente:

Presas no alto gorro ou na própria disciplina, levam fitinhas de cores, cada um a sua, e se a mulher eleita que à janela anseia de angústia, de piedade pelo amador sofredor, se não também de gozo a que só muito mais tarde aprenderemos a chamar de sádico, não souber, pela fisionomia ou pelo vulto, reconhecer o amante na confusão dos penitentes, dos pendões, do povinho derramado em pavores e súplicas, do vozear das ladainhas, do bambear desaceratado dos pálios, dos cabeceamentos bruscos das imagens, adivinhará ao menos pela fitinha cor-de-rosa, ou verde, ou amarela, lilás, se não vermelha ou cor do céu, é aquele o seu homem e servidor, que lhe está dedicando a vergastada violenta e que, não podendo falar, berra como o toiro em cio [...] (SARAMAGO, 2017, p. 29-30).

O tempo litúrgico visto como sagrado "[...] é também pontual quanto à significação dos acontecimentos que as comemorações ritualísticas reatualizam 'numa espécie de presente intemporal', como o que é particular aos mitos" (NUNES, 1988, p. 20-21). Por certo, ele também se formula através de uma relação indissociável com a História, não se pode conceber de um sem o outro, assim não se pode contemplar o romance *Memorial do convento*, isoladamente da História de Portugal. A confluência desses dois tempos, litúrgico e histórico, cobre o arco temporal do século XVIII. *Memorial do Convento* nos apresenta à História portuguesa setecentista, partindo de um viés revisionista e desde as primeiras linhas, o narrador tem como ponto de partida a figura de um dos monarcas mais conhecidos da história portuguesa, destronado, talvez, apenas por D. Sebastião, conhecido pelos epítetos de Magnânimo⁸ e Rei-Sol de Portugal⁹, D. João V. "Verdadeiro representante do ultra-absolutismo em Portugal [...]" (PERES; RIBEIRO, 1934, p. 181). Pela abertura da narrativa, o leitor

⁸ Cognome "Magnânimo" utilizado por REIS, Carlos. Figurações da personagem: A ficção meta-histórica de José Saramago. *Revista de Estudos Saramaguianos*, v. 1, p. 39, jan. 2015.

⁹ "D. João V, o Rei-Sol português, que teve o oiro do Brasil a redoirar-lhe a couraça das cerimônias de gala, e a quem os contemporâneos apelidaram de *Magnânimo* [...]" (PERES; RIBEIRO, 1934, p. 179).

percebe que a perspectiva adotada é distinta de outras tantas que tratam de membros reais. Esse narrador se despe das cortesias desmesuradas que corresponde à monarquia e se refere a eles de forma banal, irônica e, não raro, sarcástica:

D. João, quinto do nome na tabela real, irá essa noite ao quarto de sua mulher, D. Maria Ana Josefa, que chegou há mais de dois anos da Áustria para dar infantes à coroa portuguesa e até hoje ainda não emprenhou. Já se murmura na corte, dentro e fora do palácio, que a rainha, provavelmente, tem a madre seca, insinuação muito resguardada de orelhas e bocas deladoras e que só entre os íntimos se confia (SARAMAGO, 2017, p. 9).

O narrador, de maneira simples e incisiva, nos proporciona uma quebra de expectativa, no que diz respeito à descrição da cena de perturbação familiar, englobando também a cena política e social de Portugal, representada pela demora do casal real em conceber herdeiros à coroa portuguesa. Cerdeira esclarece que o "tom usado pelo narrador ao apresentar os seus aparentes 'heróis' é absolutamente prosaico e incompatível com a magnificência real" (CERDEIRA, 2018, p. 33). Nesse momento primevo, contamos com a inferência de uma data concomitante com ao percurso cronológico do ponto inaugural da narrativa. Desde o casamento por "procuração, na Catedral de Santo Estêvão, de Viena, a 9 de julho daquele ano" de 1708 (PERES; RIBEIRO, 1934, p. 1813), já se tardavam dois anos, desde a chegada da rainha austríaca D. Maria Ana em terras lusitanas: "D. Maria Ana Josefa, que chegou há mais de dois anos da Áustria para dar infantes à coroa portuguesa e até hoje ainda não emprenhou" (SARAMAGO, 2017, p. 9). Temos, assim, por amparo a informação do narrador, permitindo-nos fixar a data do tempo histórico e do tempo inicial da diegese, os dois anos percorridos após a chegada de D. Maria Ana, em 1710. Da promessa de construção do convento na vila de Mafra para que lhe fosse concedido um herdeiro, feita ao "frei António de S. José", por D. João V até o nascimento da princesa D. Maria Bárbara em 1711, decorreu um ano, conforme explica a narrativa:

Com tais precedentes, sendo tão favorecidos os franciscanos de meios para alterarem, inverterem ou acelerarem a ordem natural das coisas, até matriz renitente da rainha obedecerá fulminante injunção do milagre. Tanto mais que o convento de Mafra o anda a querer a ordem desde mil seiscentos e vinte e quatro, ainda estava o rei de Portugal um Felipe espanhol, que, apesar de o ser e portanto dever dar-lhe só cuidado mínimo a fradaria de cá, pelos dezesseis anos que conservou a realeza nunca deu consentimento (SARAMAGO, 2017, p. 25).

São tangíveis a argúcia e a fina ironia do narrador ao inferir a fabricação do milagre de acordo com os interesses que a ordem franciscana apresentou para conseguir o tão desejado convento. Valendo-se da informação confidencial de confessorário:

Agora não se vá dizer que, por segredos de confissão divulgados, soubera os arrábidos que a rainha estava grávida antes mesmo que ela o participasse ao rei. Agora não se vá dizer que D. Maria Ana, por ser tão piedosa senhora, concordou calar-se o tempo bastante para aparecer como charmariz da promessa o escolhido e virtuoso frei António. Agora não se vá dizer que el-rei contará as luas que decorrem desde a noite do voto ao dia em que nascer o infante, e as achará completas. Não se diga mais do que ficou dito (SARAMAGO, 2017, p. 26).

Feito o milagre, se assim o podemos chamar, visto que o narrador nos informa das constantes falcatruas que os franciscanos cometem em nome de seus desejos, a construção do convento ficou garantida:

Em qualquer um destes meses que passaram, morreu de santa morte frei António de S. José. Salvo se vier a aparecer em sonhos a el-rei, já não poderá recordar-lhe a promessa, porém sosseguemos, a pobre não emprestes, a rico não devas, a farde não prometas, e D. João V é rei de palavra. Haveremos convento (SARAMAGO, 2017, p. 77).

Em fins de 1711, nasceu a infanta D. Maria Bárbara, primeira filha de D. João V e D. Maria Ana de Áustria:

D. João vai ter de contentar-se com uma menina. Nem sempre se pode ter tudo, quantas vezes pedindo isto se alcança aquilo, que esse é o mistério das orações, lançamo-las ao ar com uma intenção que é nossa, mas elas escolhem o seu próprio caminho, às vezes atrasam-se para deixar passar outras que tinham partido depois, e não é raro que algumas se acasalem, assim nascendo orações arraçadas ou mestiças, que

não são nem o pai nem a mãe que tiveram, quando calha brigam, param na estrada a debater contradições, e por isso é que se pediu um rapaz e veio uma rapariga, vá lá saudável e robusta, de bons pulmões, como se percebe pela gritaria (SARAMAGO, 2017, p. 75).

As referências históricas sobre a família real portuguesa possuem um papel secundário na diegese e cujo seu objetivo nas mãos do narrador é o de "trivializar as acções de figuras históricas como as visadas" (REIS, 1986, p. 98). A finalidade principal é situar o leitor ao tempo histórico dos acontecimentos e no espaço em que eles se realizam, além de inserir informações de elevada importância que estão devidamente atreladas aos verdadeiros protagonistas da História: os homens e as mulheres comuns que foram legitimamente responsáveis pela edificação de Portugal. Torna-se manifesto esse revés da História através do relato da comitiva que levava a infanta Maria Bárbara à fronteira da Espanha com o Alentejo para que seguisse viagem até Madri e se casasse com o príncipe Fernando. Nesse momento da narrativa, além do tempo objetivo cronológico do interior da diegese, que nos informa que desde o nascimento de D. Maria Bárbara de Portugal até aquele momento da sua entrega ao trono espanhol, dezessete anos se passaram. Sua figura é assim descrita pelo narrador:

Maria Bárbara tem dezessete anos feitos, cara de lua cheia, bexigosa como foi dito, mas é uma boa rapariga, musical a quanto pode chegar uma princesa, pelo menos não caíram em cesto roto as lições do seu mestre Domenico Scarlatti, que com ela seguirá para Madrid, donde não volta. Espera-a um noivo que é mais novo dois anos, o tal Fernando, que será o sexto da tabela espanhola e de rei pouco mais terá que o nome, informação que apenas de passagem fica, para que não se insinue que estamos interferindo nas questões internas do vizinho (SARAMAGO, 2017, p. 335-336).

A descrição dos atributos físicos de D. Maria Bárbara atinge o realismo que os manuais de História deixaram de lado ao descrever apenas as qualidades dos representantes reais. Logo, a união da infanta portuguesa com o da Espanha, presente nos manuais de História como um acontecimento de extrema importância, nada mais é em *Memorial do convento* que um *leitmotiv*

para se introduzir uma nova personagem que não está na tabela real, não é nobre, não é proprietário de coisa nenhuma, contudo é mais ilustre que toda família real portuguesa e espanhola juntas – o mendigo João Elvas.

Mais importante que o personagem do mendigo Elvas é o marco temporal histórico, que coloca a narrativa em ritmo cronológico com a sucessão linear do tempo como já referido. De acordo com Nunes, o "[...] *tempo histórico* representa a duração das formas históricas de vida, e podemos dividi-lo em intervalos curtos ou longos, ritmados por fatos diversos [...]" (1988, p. 21, grifo do autor). Desse modo, em *Memorial do convento*, o tempo histórico parte das acepções do tempo de longa duração, ilustrado pela figura de D. João V e sua filha D. Maria Bárbara e, principalmente, pela construção do convento na vila de Maфра. Porém, paralelamente, ao monumental edifício mandado edificar por *el-rei* está a construção da passarola do padre Bartolomeu Lourenço, que também se aplica ao *tempo histórico* de longa duração.

Nos intervalos curtos do *tempo histórico* "[...] se ajustam a acontecimentos singulares: guerras, revoluções, migrações, movimentos religiosos, sucessos políticos. Os intervalos longos correspondem a uma rede complexa de fatos ou a um processo (formação da cidade grega, desenvolvimento do feudalismo, advento do capitalismo, por exemplo)" (NUNES, 1988, p. 21). Passagens que ilustram os intervalos curtos presentes no *tempo histórico* ficam por conta dos autos-de-fé, as festas litúrgicas, a Guerra de Sucessão da Espanha – apenas mencionada pelo narrador e pela voz da personagem Julião Mau-Tempo –, as migrações que Baltasar e Blimunda fazem a Lisboa e às viagens do padre Bartolomeu Lourenço.

Deste modo, o que verdadeiramente importa ao narrador em *Memorial do convento* não são a grandeza e a riqueza das comitivas que levam D. Maria Bárbara para seu casamento, mas as andanças do mendigo João Elvas que os acompanha para pedir esmolas no caminho: "A história dos casamentos está cheia de gente que ficou do lado de fora da porta, por isso, para evitar vexames, se avisa que a boda, e

também o batizado, não vás sem ser convidado. Convidado não foi, decerto, aquele João Elvas [...]” (SARAMAGO, 2017, p. 336). A História só se lembra da pomposa viagem e do acontecimento da empresa real que eram os casamentos entre membros da realeza europeia e não das pessoas necessitadas, que seguiam essas comitivas para pedirem esmola, como João Elvas, ex-soldado abandonado, quando não teve mais serventia para servir Portugal.

O romance reavalia, assertivamente, a História, criando, das ruínas uma nova história, incluindo personagens pertencentes ao povo comum e sofredor, como os mais dignos de serem lembrados. A fusão dos planos da narrativa quase passa despercebida pela complexidade que a trama apresenta, ao recriar eventos a partir da História oficial e uma interligação do real com o imaginário através das personagens. O tempo histórico mostra sua linearidade, assumindo uma forma sequencial que se revela quando o narrador nos informa sobre a realeza portuguesa, porém, a verdadeira história só se edifica pela existência da “arraia-miúda”.

Considerações finais

Sedimentado ao tempo histórico, plano de fundo de *Memorial do convento*, o tempo litúrgico, pertencente ao tempo cronológico, se mostra profundamente atrelado ao romance *Memorial do convento*, uma vez que a narrativa desmascara a sociedade portuguesa setecentista de D. João V e a corrupção dos valores religiosos. Da História lusa, Saramago reconstrói uma vigorosa narrativa que mescla História e história, Verdade e verdades ao qual o próprio romancista já realçou que:

Se não ligasse o meu trabalho à História não faria qualquer trabalho [...] o que eu quero escrever liga-se aos fatos e aos homens passados, mas não em termos de arqueologia. O que eu quero é desenterrar homens vivos. A história soterrou milhões de homens vivos (SARAMAGO, 2010, p. 253).

Ao exumar esses homens e mulheres esquecidos pela História oficial que são representados pelas suas personagens que habitam o mundo ficcional, o autor executa um ato resistência. Ele resiste à

medida que se recusa a esquecer de todo sacrifício humano em nome da vaidade de um rei quando da construção do convento de Maфра. Ou quando tece sua fina ironia contra o Tribunal do Santo Ofício, representantes de Deus que ofereciam aos súditos lusitanos festivais que iluminam o céu de Lisboa com os fogos ateados contra os corpos “pecadores”, uma vez queimados o odor da carne humana substitui o conhecido cheiro de excrementos que outrora impregnada as ruas da cidade. Dessa forma, a fusão dos planos da narrativa buscou parodiar eventos da História oficial favorecendo uma interligação entre real e o imaginário que se intercalam através das personagens inteiramente ficcionais como Blimunda, Baltasar, Sebastiana Maria de Jesus e João Elvas. Logo, Saramago afirma:

A nossa relação com o tempo se faz por intermédio de algo que a que chamamos História e a História é algo que se escreve como consequência da escolha de dados, datas e circunstâncias que vão ser organizadas pelo historiador para que todo esse maço de informações seja coerente consigo mesmo. A História não seria mais que a tentativa de introduzir coerência no caos dos fatos múltiplos de todos os dias (2010, p. 255).

Ao seu labor ficcional que confronta a escolha do material histórico em tecer a memória histórica de um povo, Saramago, de igual maneira, soma o seu profundo desassossego sobre a incoerência humana, essa mesma manifestamente parodiada no tempo litúrgico e na natureza segregacionista e cruel da religião cristã, onde as almas doentes pela constante censura castigam seus corpos e se excitam com mortificação alheia. No fundo, o palco dos festejos religiosos expressos em *Memorial do convento* nos revela-nos seres humanos profundamente carentes de humanidade, externando-se um paradoxo que vai de encontro com preceitos de cunho humanistas propagados outrora por Cristo.

Referências

ARNAUT, Ana Paula. *Memorial do convento*: História, ficção e ideologia. Coimbra: Fora do Texto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas na poética de Dostoiévski*. Tradução e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução de Jaime Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

CERDEIRA, Teresa Cristina. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

CHANTAL, Suzanne. *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil, [1979?].

FEHÉR, Ferenc. *O Romance Está Morrendo?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.

GENETTE, Gérard. *Figuras III*. Tradução de Ana Alencar. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: História, Teoria, Ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do romance*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2009.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA FILHO, Odil José de. *Carnaval no convento: intertextualidade e paródia em José Saramago*. São Paulo: UNESP, 1993.

PERES, Damião; RIBEIRO, Ângelo. *História de Portugal: história política*. Barcelos: Editora Portucalense, 1934. v. 6.

REIS, Carlos. Memorial do convento ou a emergência da História. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], n. 18/19/20, p. 91-103, fev. 1986.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macário. *Dicionário de narratologia*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

REIS, Carlos. Figuração da personagem: A ficção meta-historiográfica de José Saramago. *Revista de Estudos Saramaguianos*, [s. l.], n. 1, p. 38-51, jan. 2015.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, Antonio et al. *A personagem de ficção*. 13. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018. p. 09-49.

SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARAMAGO, José. *Da Estátua à Pedra e Discursos de Estocolmo*. Belém: Ed. UFPA; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.

SCHÜLER, Donald. *Teoria do romance*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

TACCA, Oscar. *As Vozes do Romance*. 2. ed. Tradução de Margarida Coutinho Gouveia. Coimbra: Almedina, 1983.

TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas da Narrativa*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

Karen Lorrany Neves Adorno

Mestre em Estudos Literários na Universidade Estadual de Maringá (UEM, Maringá, PR, Brasil) e doutoranda na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Santa Maria, RS, Brasil).

Endereço para correspondência

Karen Lorrany Neves Adorno

Tuiuti, 2502, 104, Edifício Zacateca

Centro, 97050-420

Santa Maria, RS, Brasil